



PASSADO E PRESENTE

25 anos das relações Brasil - Coreia do Norte

Alanna Itajahy¹⁹

Júlia Lameiras²⁰

Martha Silveira Nummer²¹

A República Popular Democrática da Coreia (RPDC) é um pequeno país localizado em uma formação geográfica peninsular no extremo Leste da Ásia e que se apresenta em uma situação peculiar em relação ao resto do mundo: contendas ideológicas que cresceram ao mesmo tempo orgânica e artificialmente no decorrer da história local permitiram a formação de um Estado socialista cujo objetivo maior seria a libertação de sua população

por meio da obtenção da capacidade de exercer sua autonomia e soberania, concebido pelo presidente Kim Il-sung na ideia *Juche*.

A ideia *Juche* foi enunciada formalmente por Kim Il-sung em junho de 1930 e organizada em formato de livro por Kim Jong Il em 1982. Tendo como princípio filosófico a máxima de que as massas populares seriam o sujeito último da história, o *Juche* concebe a história da humanidade como uma criação coletiva e consciente dessas massas em movimentos de independência. Traduzindo essa filosofia para a prática na realidade coreana, determinou-se como princípios diretivos: a independência intelectual e ideológica, a soberania plena nas decisões de Estado, o desenvolvimento econômico com base nas próprias forças e o desenvolvimento da capacidade de autodefesa (Kim, 2018). Ainda que o movimento não rompa com o marxismo-leninismo, essas determinações explicitam formas de construir a história nacional da

¹⁹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ. Bolsista CAPES. E-mail: itajahyalanna@gmail.com

²⁰ Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo PIBIC, pesquisadora do LabÁsia e do DataMundi. E-mail: lameirasjulia@gmail.com

²¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). E-mail: marthanmmr@gmail.com

maneira mais autônoma possível, fortemente interveio na sociedade rejeitando categoricamente a coreana ao longo dos milênios da presença estrangeira que tão história local.

Imagem 1
Mapa da Coreia do Norte



Fonte: Britannica (2006)

Ocorre que a Península Coreana ocupa uma posição geográfica que a torna estruturalmente vulnerável à penetração de potências externas. Situada entre domínios administrativos que depois viriam a formar a China, o Japão e a Rússia, sua relevância estratégica permite concebê-la como região pivô para as movimentações políticas e militares dessas potências (Hwang, 2017; Agarwal, 2006). Isso estabeleceu uma lógica que se reproduziu sistematicamente: elites coreanas em conflito entre si buscavam apoio externo — ora da China, ora do Japão, ora de potências ocidentais que viriam a ter interesse na região —

desequilibrando a soberania local e criando oportunidades para intervenção (Hwang, 2017).

Em 1945, com a rendição japonesa e o fim da Segunda Guerra Mundial, a Península Coreana passou a ser militarmente ocupada pelos EUA ao Sul e pela URSS ao Norte. A RPDC foi fundada em setembro de 1948 nesse cenário turbulento de disputas de influência. No ano seguinte foi fundado o Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC), por Kim Il-sung e outros líderes da guerrilha antijaponesa. Como resposta à necessidade de estabilização do poder diante do anticomunismo que fervilhava no Ocidente e ao faccionismo e revisionismo que cresciam internamente, foi estabelecido o sistema *Suryong*, que confere poder absoluto ao dirigente da nação. Este passa então a ser considerado núcleo do Estado e alguém a quem se deve lealdade, posto que faz as vezes de “pai” da nação (Chung, 2005).

Quadro 1
Líderes do Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC)

Governante	Período no poder	Títulos ²²
Kim Il-sung 김일성	1948 – 1994	Primeiro-ministro (1948-1972) Presidente do PTC (1946-1966) Secretário geral do PTC (1966-1994) Presidente da RPDC (1972-1994)
Kim Jong-il 김정일	1994 – 2011	Comandante Supremo das Forças Armadas (1991-2011) Presidente da Comissão de Defesa Nacional (1993-2011) Secretário-Geral do PTC (1997-2011) Presidente “Eterno” da RPDC (1998-presente)
Kim Jong-un 김정은	2011 – presente	Comandante Supremo das Forças Armadas (2011-presente)

²² Os líderes acumulam cargos simultaneamente.

Governante	Período no poder	Títulos ²²
		Primeiro Secretário do PTC e Primeiro Presidente da Comissão de Defesa Nacional (2012-2016) Presidente do PTC (2016-2021) Presidente da Comissão de Assuntos de Estado (2016-presente) Secretário-Geral do PTC (2021-presente)

Fonte: Elaboração própria com base em Chung (2005), Hwang (2017) e Agarwal (2006)

Nesse sentido, o *Juche* funcionaria como uma ideologia de legitimação do governo, mas também como resposta a uma condição estrutural real: a posição da Península como zona de disputa entre potências. Quando aliado à política Songun, que pregava a ênfase no militarismo, o *Juche* traz à luz a relevância do desenvolvimento de uma estratégia nuclear, que também foi impulsionada pela ameaça explícita de ataque nuclear por parte dos EUA (Chung, 2005).

Este foi um desenvolvimento histórico que engendrou relações diplomáticas complicadas com o resto do mundo, tanto pelo ímpeto protecionista frente aos estrangeirismos, quanto pelo isolamento imposto pelas potências ocidentais, sobretudo com as sanções dos EUA. As primeiras sanções foram introduzidas ainda em 1950 e foram recrudescendo entre as décadas de 1990 e 2000 com o desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano e sua retirada do Tratado de Não Proliferação Nuclear em 2003. Conforme explicam Visentini, Pereira e Melchionna (2015), durante a Guerra Fria a RPDC manteve relações diplomáticas apenas com outros Estados socialistas.

Nas décadas que se seguiram, o país expandiu suas relações com países do chamado Sul Global, aderindo ao Movimento dos Países Não Alinhados em 1975. Passadas as tensões, durante a década de 1990, o governo de Kim Jong-il passou

a buscar constituir relações diplomáticas melhores com os países capitalistas do chamado Norte Global.

O Brasil, tendo passado pelo período da Guerra Fria com uma política de aproximação ideológica aos EUA, só se voltou para o continente asiático com o fim do confronto Leste-Oeste e início de mudanças na política nacional, que passava pelo período de redemocratização e abertura econômica (Costa, 2026). Assim, o governo Itamar Franco (1992-1995) iniciou um movimento de priorização das relações especialmente com os países do Leste Asiático que se manteve mesmo com a troca de liderança política em 1995, quando assumiu a presidência Fernando Henrique Cardoso (Costa, 2026).

Foi nessa toada que a RPDC constituiu relações diplomáticas com o Brasil em 9 de março de 2001, inicialmente sem o estabelecimento de embaixadas (Brasil, 2001). Estas foram abertas apenas em 2005, já no governo Lula (2003-2011), quando houve maior preocupação com a ampliação da presença diplomática norte-coreana no Brasil. Nesse sentido, em maio de 2006 estabeleceu-se o Acordo Comercial Brasil-RPDC (Brasil, 2006), que à época buscava promover o livre comércio de mercadorias, mas que na prática nunca entrou em vigor e foi suspenso após o teste nuclear subterrâneo em outubro de 2006, durante o governo de Kim Jong-il.

Ao longo daquela década, o governo brasileiro tentou manter relações amigáveis com Pyongyang, criando um mecanismo de diálogo político entre o Itamaraty e o Ministério das Relações Exteriores da RPDC em 2007, por meio do Memorando de Entendimento sobre Consulta Política Bilateral, e também com os movimentos de aproximação de 2009, com a abertura da embaixada do Brasil em Pyongyang e o estabelecimento do Protocolo Adicional ao Acordo Comercial, uma tentativa de manter o acordo comercial anterior (Brasil, 2009; Brasil, 2025). Ainda com essa ideia de estreitar relações, em 2010 o governo estabeleceu um acordo com o objetivo de desenvolver cooperação que estimulasse maior progresso

econômico e técnico em áreas de interesse comum, dando ênfase ao desenvolvimento sustentável, embora este também tenha sido descontinuado posteriormente (Brasil, 2010).

Imagem 2

Encontro entre os senadores Pedro Chaves e Fernando Collor com Kim Yong-nam, ex-presidente da Assembleia Popular Suprema, em 2018.



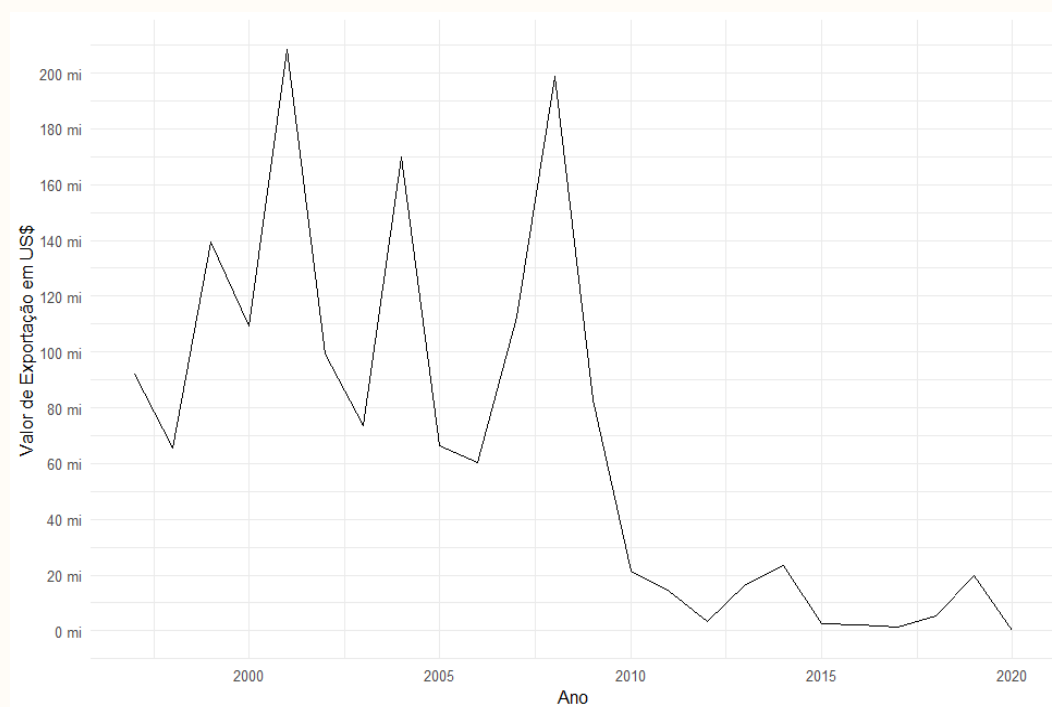
Fonte: Agência Senado (2018)

Embora a relação esteja marcada por dificuldades envolvendo a protocolação de acordos e sua continuidade, bem como as fortes sanções internacionais que cerceiam a atuação da RPDC, o Brasil manteve o canal de diálogo aberto e atuou para aprofundar esse relacionamento. Além da cooperação técnica, o Brasil prestou assistência humanitária a Pyongyang em três ocasiões (2010, 2011 e 2012), por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas. Similarmente, dois encontros extraoficiais entre chanceleres no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2010 e 2018, demonstram o respeito e a confiança entre os dois países (Brasil, 2025).

Observando a Figura 1, de exportações brasileiras para a RPDC, é possível ver que, em 2020, o Brasil exportou para ela mais de 92 mil dólares em produtos, mas isso representou o valor mais baixo desde 1997, ano de início da base de exportação disponibilizada pelo governo brasileiro. Isso se deveu ao advento da pandemia de Covid-19, que levou à paralisação total das trocas comerciais entre os dois países, de acordo com as políticas de saúde e segurança da RPDC. Como pode ser visto na Figura 2, em sua maioria, essas exportações feitas antes da paralisação consistiram em derivados organofosforados, tintas de polímeros sintéticos e bebidas como cervejas de malte, águas minerais, leite e outras bebidas não alcoólicas, além de diferentes alimentos, de miudezas de galinha a frutas e vegetais.

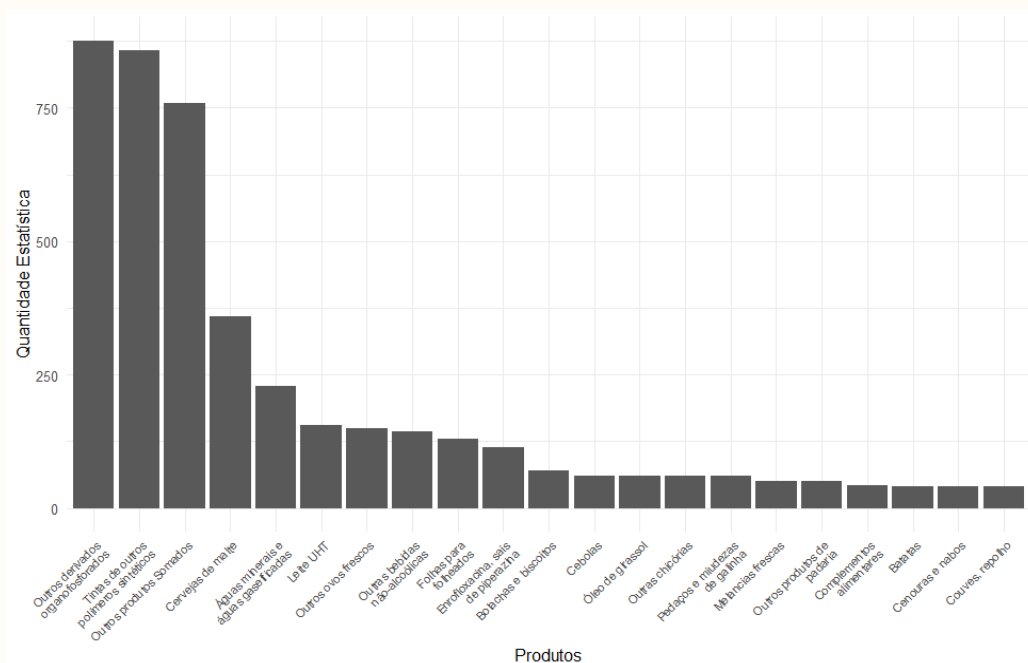
Figura 1

Exportações Brasileiras para a Coreia do Norte 1997-2020



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do Comex Stat (2026)

Figura 2
Exportações Brasileiras para a Coreia do Norte em 2020



Fonte: Elaboração própria, baseada em dados do Comex Stat (2026)

Já em 2025, o diplomata Ricardo Primo Portugal²³ foi indicado para o cargo de embaixador em Pyongyang (Brasil, 2025), sendo aprovado pelo Senado Federal em fevereiro de 2026. Portugal defendeu, principalmente, a reativação de acordos agrícolas entre os dois países e refletiu sobre a importância da aliança como um reflexo da “confiança e a respeitabilidade conquistadas pelo Brasil em sua atuação internacional, em consonância com os princípios constitucionais da política externa” (PODER360, 2026).

²³ Ricardo iniciou na diplomacia em 1998 e já trabalhou também no Equador, na Bélgica e na Albânia. Seus interesses se concentram em temas da Ásia Oriental, com destaque para a China, as Coreias e o Sudeste Asiático, e também a temas consulares e de emigração (Agência Senado, 2026).

Referências

- Agarwal, B. S. "Korea as an Epicentre of Northeast Asian Power Politics: A Historical and Geopolitical Perspective." *The Indian Journal of Political Science* 67, no. 2 (2006): 261–278. <https://www.jstor.org/stable/41856213>.
- Brasil, Ministério das Relações Exteriores. Acordo Básico de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular e Democrática da Coreia. Pyongyang, 2010. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6988>.
- . Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular Democrática da Coreia. Pyongyang, 2006. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5626>.
- . Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular Democrática da Coreia. Brasília: Itamaraty, 2001. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/4700>.
- . "Concessão de 'agrément' ao embaixador designado do Brasil na República Popular Democrática da Coreia." Nota à imprensa, Brasília, 2026. Acesso em 9 de abril de 2026. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/concessao-de-agre-ment-ao-embaixador-designado-do-brasil-na-republica-popular-democratica-da-coreia.
- . Protocolo Adicional ao Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular Democrática da Coreia. Pyongyang, 2009. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6606>.
- . "Relações Brasil-RPDC." Brasília: Itamaraty, 2025. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-pyongyang/relacoes-brasil-rpdc>.
- Chung, Young Chul. "The Suryong System as a Collectivist Developmental Strategy." Working Paper No. 02-05, Mario Einaudi Center for International Studies, Cornell University, 2005. <https://ecommons.cornell.edu/entities/publication/b4eb050d-814b-4d16-836d-571385116ace>.
- Costa, J. "Brasil e Coreia: uma relação em construção." *Revista Liceu On-Line* 1, no. 1 (2026)
- Hwang, Kyung Moon. *A History of Korea: An Episodic Narrative*. 2ª ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2017.
- Kim, Jong Il. *Sobre a Ideia Juche*. S.l.: Edições Nova Cultura, 2018.
- Poder360. "Senado aprova indicação de embaixador para a Coreia do Norte." Poder360, [dia e mês], 2026. Acesso em 9 de abril de 2026. <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/senado-aprova-indicacao-de-embaixador-para-a-coreia-do-norte/>.
- Visentini, Paulo Fagundes, Helena Melchionna, e Analúcia Danilevicz Pereira. *A Revolução Coreana: O Desconhecido Socialismo Zuche*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.